



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

**EDITAL**  
**CREDENCIAMENTO Nº 002/2024**

A Prefeitura do Município de Placas - Pará, CNPJ 01.611.858/0001-55 comunica que encontra-se aberto o CREDENCIAMENTO nº002/2024 nos termos do art. 79, I da Lei Federal de Nº 14.133/2021, Lei Complementar Nº 123/2006 e das demais exigências estabelecidas neste edital, para o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E MÁQUINAS PESADAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO E GABINETE DA PREFEITURA**. O Edital será publicado no PNCP, portal de transparência do Município <https://placas.pa.gov.br/portal-da-transparencia/> e mural de licitações do TCM/PA

### **1. DO OBJETO**

O objeto do presente procedimento auxiliar é o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E MÁQUINAS PESADAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO E GABINETE DA PREFEITURA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- 1.1. O valor da mão de obra por hora foi estimado tomando por base valores praticados por outros órgãos públicos, c Conforme IN Nº65/21 SEGES.
- 1.2. A quantidade de horas é estimada, não obrigando ao Município sua total execução.
- 1.3. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.
- 1.4. Pugna-se que serviço de mão de obra seja prestado no pátio da secretaria ou em local pertencente ao prestador de serviço não podendo exceder 40 (quarenta) km rodoviários de distância da sede Administrativa de Pinheiro Preto, visando a economicidade no deslocamento e para o devido acompanhamento do Serviço. Caso haja necessidade de deslocamento do veículo/máquina através de guincho ou caminhão prancha, o mesmo será de responsabilidade do prestador de serviço.
- 1.5. A participação no credenciamento implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital, seus anexos, regulamentos e instruções.

### **2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 2.1. Poderão credenciar-se a prestar os serviços referidos, pessoas jurídicas privada ou pública, desde que possuam atividade de execução de serviço compatível com o objeto desse credenciamento, atendidas as disposições deste Edital.
- 2.2. O credenciamento será concedido a todos aqueles que preencham os requisitos exigidos e aceitem as demais condições estabelecidas neste Edital e nos Termos da Minuta de Contrato a ser firmado entre as partes.
- 2.3. As condições do credenciamento para prestadores de serviço são sob as mesmas condições para todos, razão pela qual são firmadas seguindo disposições rígidas e inegociáveis, em que se obrigam tanto o órgão credenciante como os prestadores de serviços, após o seu credenciamento.
- 2.4. É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO, a utilização de equipe capacitada para a realização dos procedimentos constantes deste instrumento, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese.
- 2.5 Os interessados deverão estar previamente cadastrados no SICAF

### **3. DA DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO**

- 3.1. A Credenciada deverá declarar, **expressamente**, total concordância com as condições estabelecidas neste edital, inclusive com os valores e prazos.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

3.2. Para Credenciamento no Presente Edital, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação de habilitação:

**I - Jurídica;**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;
- e) Carteira de Identidade ou outro documento equivalente com fotografia dos sócios.
- f) Declaração que não possui parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo credenciamento.

**II - fiscal, social e trabalhista;**

- a) - a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- g) Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- h) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**III - econômico-financeira.**

- a) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor do Juízo da sede da empresa.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
  - b.1). Os balanços das sociedades por ações deverão ser apresentados com ata de aprovação pela assembleia geral ordinária, registrada na Junta Comercial.
  - b.2). Em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, estas devem apresentar o balanço patrimonial, não restando a obrigação do registro na Junta Comercial do Estado da licitante. Devendo, no entanto, apresentá-lo devidamente assinado pelo Contador assumindo responsabilidade pelas informações contidas no balanço com o respectivo CRC.
  - b.3) A partir dos dados do balanço, deverão ser calculado os seguintes índices, como condição para a habilitação.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

ILC= Índice de liquidez corrente, com valor igual ou superior a 1,00;

ILG= Índice de liquidez geral, com valor igual ou superior a 1,00;

GE = Grau de endividamento, com valor igual ou menor a 1,00;

ONDE: ILC= ATIVO CIRCULANTE PASSIVO CIRCULANTE

ILG= ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

GE= PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO =ATIVO TOTAL

OBSERVAÇÃO: Os índices acima deverão ser demonstrados pelo próprio licitante, em memória de cálculos assinada pelo contador responsável pelo balanço, para posterior verificação pela Comissão.

d). No caso de sua recém-constituição, poderá a licitante apresentar balanço de abertura, que comprove a boa situação financeira da empresa

#### **IV QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica para comprovação de aptidão e execução do objeto/serviço de forma satisfatória, pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com assinatura digital e/ou firma reconhecida de quem o subscreveu, se copia. Ou ainda, poderá o interessado apresentar o documento original e cópia para que seja autenticado por servidor público responsável pelo credenciamento, nos dias úteis das 8h às 14h.

3.3 para documentação de proposta a empresa interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) DECLARAÇÃO que possui DE ESTRUTURA MÍNIMA, que dispõem de estrutura e espaço físico, e indicar o endereço, para atender as exigências previstas no edital e seus anexo do presente credenciamento. Caso a empresa não possua sede ou filial no município, deverá apresentar declaração que se compromete a instalar, no prazo previsto no termo de referência, espaço físico com toda estrutura exigida.

b) Preencher o modelo de proposta anexo ao presente edital, informando para qual item está apresentado a proposta de execução de serviço.

c) comprovante de cadastro no SICAF.

3.4 A Documentação será analisada em até cinco dias úteis.

#### **4. DA VIGÊNCIA**

4.1. O prazo de vigência do Credenciamento será da assinatura do termo de credenciamento até 31 de Dezembro de 2024.

#### **5. DA CLASSIFICAÇÃO E FORMALIZAÇÃO**

5.1. Os interessados deverão enviar sua documentação de Habilitação via e-mail, com TODOS os documentos assinados digitalmente, no endereço eletrônico: [licitacao@placas.pa.gov.br](mailto:licitacao@placas.pa.gov.br).

5.2 os Protocolos serão recebidos e a documentação será analisada na ordem cronológica de recebimento.

5.2. Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas, retornando ao Credenciante para as correções e reenvio.

5.3. O presente Credenciamento seguirá o critério de classificação conforme Art. 79 inciso I – “paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;”

5.4. O credenciamento se dará após a análise e aprovação dos documentos anexados ao requerimento de inscrição, pela Comissão de Licitações e firmado através do termo de credenciamento.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

5.4.1.A lista de credenciados será atualizada em tempo real, conforme ordem de credenciamento, e deverá ser publicada no portal de transparência do Município e ficará disponível para acesso a qualquer interessado. Será juntado junto a lista atualizada de credenciado a comprovação de recebimento do e-mail.

5.5. Conforme Forem Habilitados, será formada uma FILA, a qual será seguida para as Prestações de Serviços Mecânicos, em forma de RODIZIO. A demanda será distribuída através de ordem de serviço, conforme demanda.

5.6. Os credenciados serão convocados no prazo de 05 (cinco) dias, e assinarão o respectivo termo de credenciamento administrativo sendo que os serviços serão executados a partir da ordem de serviço/execução, conforme demanda das Secretarias.

## **6. DOS RECURSOS IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

6.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

6.1.1 A comissão de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou à impugnação no prazo de três dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

6.1.2 Em caso de acolhimento da impugnação, o edital retificado será publicado no PNCP.

6.1.3 A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da comissão de contratação será motivada nos autos.

6.1.4 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no portal de Transparência do Município no prazo estabelecido no § 1º.

6.2 Após a decisão da administração sobre a habilitação, o interessado poderá, conforme definido em edital, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

6.2.1 O interessado poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis, contado da data de publicação da decisão.

6.2.3 O recurso será dirigido à comissão de contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de três dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

6.2.4 A autoridade superior deverá proferir a sua decisão no prazo máximo de dez dias úteis, contado da data de recebimento dos autos.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

Constam no Termo de Referência anexo I do Edital.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

Constam no Termo de Referência anexo I do Edital.

## **9. DO PAGAMENTO**

Constam no Termo de Referência anexo I do Edital

## **10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

04.122.0052.2.003.3.3.90.39.00 – Funcionamento do Gabinete do Prefeito, outros serv. De Terc. Pessoa jurídica.

04.122.0052.2.048.3.3.90.39.00 – Funcionamento da Sec. Da Administração, outros serv. De Terc. Pessoa Jurídica.

04.122.0052.2.050.3.3.90.39.00- Funcionamento da Sec. De Infraestrutura, outros serv. De Terc. Pessoa Jurídica.

## **11.CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS**



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

**11.1** Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos

**11.2** O índice utilizado para reajuste será o IGP-M

## **12. HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO E ANULAÇÃO E DAS SANÇÕES**

**12.1** O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

**12.1.1** Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.1.2** A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

**12.2** Órgão ou a entidade credenciante poderá realizar o credenciamento quando houver:

I - pedido formalizado pelo credenciado;

II - perda das condições de habilitação do credenciado;

III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

**12.2.1** O pedido de credenciamento de que trata o item 12.2 I não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

**12.2.2** Nas hipóteses previstas nos itens II e III, além do credenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

**12.2.3** Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

**12.2.4** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

**12.3** sanções aplicáveis.

**12.3.1** Os credenciados, após convocação para assinatura do instrumento contratual ou instrumento equivalente, estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital e às demais cominações legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## **11. DISPOSIÇÕES FINAIS**



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

- 11.1. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.  
11.2 O credenciamento ficará permanentemente aberto durante a vigência do edital.  
11.3 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de credenciamento e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do Credenciamento.  
11.3 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência  
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA  
ANEXO III - Minuta de Termo de CREDENCIAMENTO.  
ANEXO IV – Matriz de risco

Placas – Pará, 13 de Junho de 2024.

**Shayane Nayara Farias Kostov**  
**Agente de contratação**





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E OBJETO.**

**1.1 OBJETO: Credenciamento de empresas especializadas na manutenção de veículos leves e máquinas pesadas para atender às demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Administração e Gabinete da Prefeitura, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:**

ITEM	OBJETO	SEC. INFRA	SEC. ADM.	GABINETE	QUANT. TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR R\$
1	SERV ASSIST. MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE CAMINHONETE	80	35	31	146	horas	R\$ 211,55
2	SERV. ASSIST. MECÂNICA- PREVENTIVA E CORRETIVA DE CAMINHÕES	100			100	horas	R\$ 220,00
3	SERV. DE ASSISTENCIA MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA PARA MAQUINAS PESADAS	1000			1000	horas	R\$ 219,60
4	SERV ASSISTENCIA SOCORRO MECANICA - VEICULOS LEVE, CAMINHONETE	280	100	100	480	quilômetros	R\$ 158,73
5	SERV. SOCORRO MECÂNICO MAQUINAS PESADAS	500			500	quilômetros	R\$ 200,00
6	SERVIÇO ALINHAMENTO/BALANCEAMENTO – CAMINHÕES	100			100	horas	R\$ 187,06
7	SERVIÇO ALINHAMENTO/BALANCEAMENTO – CAMINHONETE	50	30	20	100	horas	R\$ 190,34
8	SERVIÇO ELETRICO – CAMINHÕES	50			50	horas	R\$ 200,00
9	SERVIÇO ELETRICO – CAMINHONETE	80	40	30	150	horas	R\$ 192,19
10	SERVIÇO ELETRICO MAQUINAS PESADAS	2000			2000	horas	R\$ 208,42
11	SERVIÇO LANTERNAGEM FUNILARIA E MATERLINHO DE OURO – CAMINHONETE	30	10	10	50	horas	R\$ 192,19
12	SERVIÇO LANTERNAGEM FUNILARIA E MATERLINHO DE OURO – CAMINHÃO	50			50	horas	R\$ 211,83
13	SERVIÇO LANTERNAGEM FUNILARIA MAQUINAS PESADAS	50			50	horas	R\$ 211,83
14	SERVIÇO TROCA DE OLEO – CAMINHONETE	40	10	10	60	unidades	R\$ 180,00
15	SERVIÇO TROCA DE OLEO MAQUINAS PESADAS	100			100	unidades	R\$ 225,00
Valor total R\$1.006.055,90							

**1.2 ESPECIFICAÇÕES**

**A) SERV ASSIST. MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE CAMINHONETE**

1. A MANUTENÇÃO PREVENTIVA compreende os seguintes serviços:

1.1. Assistência Mecânica;

1.2. Revisão Periódica;



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

- 1.3. Revisão dos Sistemas Elétricos;
  - 1.4. Limpeza de Ignição;
  - 1.5. Lubrificação Geral;
  - 1.6. Troca de óleo do motor, caixa de marcha e diferencial;
  - 1.7. Troca de Filtros de óleos, e de ar em geral;
  - 1.8. Regulagem de válvulas;
  - 1.9. Reaberto em geral de motores, dentre outras partes;
  - 1.10. Regulagem de Faróis;
  - 1.11. E outros Serviços Correlatos
- 2 - A MANUTENÇÃO CORRETIVA compreende os serviços a seguir:

- 2.1. Assistência Mecânica;
- 2.2. Revisão Corretiva;
- 2.3. Reparos em sistema eletrônico de ignição e injeção;
- 2.4. Assistência e reparos nos sistemas elétricos;
- 2.5. Reparos em bombas de combustíveis e bicos injetores;
- 2.6. Retífica de Motores em geral;
- 2.7. Revisão corretiva de caixa de marcha e diferencial;
- 2.8. Reparos e desempenos de cardans e transmissões;
- 2.9. Desempeno e Recuperação de chassis, com pintura;
- 2.10. Regulagem de Válvulas;
- 2.11. Retífica de Virabrequins;
- 2.12. Reparos/Trocas de pastilhas de freios, molas, pinos, patins e demais itens relacionados ao sistema de freios dos veículos;
- 2.13. Regulagem de Motores;
- 2.14. Recuperação de Chaparias, com pintura, polimento, colocação de adesivos, faixas, logotipos de identificação, de acordo com os emblemas de cada órgão e correlatos;
- 2.15. Recuperação de Baús e Carrocerias;
- 2.16. Cambagem (Geometria dos Veículos);
- 2.17. Reparos em Direções hidráulicas;
- 2.18. Assistência e reparos em condicionadores de ar;
- 2.19. Mesa alinhadora de chassi;
- 2.20. Vidraçaria, Capotaria e Tapeçaria dos Veículos;
- 2.21. Demais Serviços corretivos e correlatos para o bom funcionamento dos veículos e máquina.

**b) SERVIÇO DE SOCORRO**

serviço de reboque será acionado, e o veículo deverá ser encaminhado até uma oficina mecânica ou ponto de apoio determinado pela contratante.

**c) SERVIÇO ALINHAMENTO/BALANCEAMENTO**

O serviço de alinhamento deverá alinhar as rodas em relação ao volante, evitando que o veículo puxe para esquerda ou direita quando deveria estar em linha reta. O balanceamento deverá corrigir o equilíbrio entre rodas e pneus, a fim de impedir vibrações no volante

**d) SERVIÇO ELETRICO**

Compreende a checagem de itens como bateria, alternador, sistema de iluminação, máquina de vidros elétricos, ventilação e alarme. O mecânico deverá checar o funcionamento de cada item e fazer a: medição de descarga da bateria, medição do alternador, condição dos fios de aterramento na bateria e lataria do carro e demais necessidades

**e) SERVIÇO LANTERNAGEM, FUNILARIA E MATERLINHO DE OURO.**

A lanternagem consiste em reparar a lataria por meio da técnica que “desamassa” o local danificado. O acabamento pode ser feito com os outros tipos de técnicas citadas acima e finalizado com a pintura automotiva. A funilaria é a tarefa desempenhada pelo funileiro, que basicamente é aquele que reconstrói as partes danificadas ou irreversivelmente amassadas utilizando materiais como massas, resinas e outros tipos de cimentos. O martelinho de ouro é um recurso





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

muito utilizado para pequenos amassados e acabamentos quando há a necessidade de uma lanternagem. A técnica consiste em leves marteladas no local para retornar a chapa para a posição original. Deve ser feita com ferramenta própria e por um especialista na prática.

**f) SERVIÇO DE TROCA DE ÓLEO**

Ao realizar troca de óleo o contratado deverá encaminhar aos coletores autorizados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) o óleo utilizado.

- 1.3 O prazo de vigência do credenciamento será de até 31 de Dezembro de 2024, contados da assinatura do termo de credenciamento. Podendo ser prorrogado nos termos da Lei anteriormente.
- 1.4 O custo estimado da contratação foi considerado o valor de aquisição de outros órgão públicos como base de valor unitário.

**2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

A necessidade de contratação de serviços de manutenção de veículos e máquinas pesadas pela prefeitura municipal de Placas, Pará, é fundamentada em diversos fatores cruciais para o funcionamento eficaz e seguro da frota municipal, assim como para o cumprimento das obrigações administrativas e operacionais do município. Essa necessidade é evidenciada pela importância estratégica da frota, que desempenha um papel vital na prestação de serviços públicos essenciais. A manutenção garante a disponibilidade e a confiabilidade desses veículos e equipamentos requer a realização de manutenções preventivas e corretivas regulares, visando prolongar sua vida útil e assegurar sua segurança operacional.

Além disso, investir na manutenção adequada da frota municipal contribui para a conformidade com normas e regulamentações, tanto em termos de segurança veicular quanto de proteção ambiental, evitando assim possíveis multas, sanções e responsabilidades legais para o município. A eficiência operacional também é aprimorada, uma vez que uma frota bem mantida tende a operar de forma mais eficiente, reduzindo os tempos de inatividade e aumentando a produtividade das operações municipais. Isso resulta em uma melhoria significativa nos serviços prestados à população e na otimização dos recursos municipais.

Portanto, diante da relevância estratégica da frota de veículos e máquinas pesadas para as operações municipais e dos benefícios associados à sua manutenção adequada, é evidente a necessidade urgente da contratação de serviços especializados de manutenção pela prefeitura de Placas, Pará. Esses serviços garantirão a operacionalidade, segurança e eficiência da frota, possibilitando assim a continuidade e a qualidade dos serviços públicos essenciais fornecidos à comunidade local.

**3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

A necessidade de manutenção de veículos e máquinas pesadas é essencial para conseguirmos executar as atividades pertinentes. Diante disso, foi elaborado estudo técnico preliminar, onde demonstra que é mais viável para a prefeitura municipal de placas terceirizar o serviço do que implantar uma oficina, devido aos custos para montagem da oficina e manutenção dela. O ciclo de vida do objeto é de no mínimo noventa dias considerando o prazo de garantia do serviço prestado.

**4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)**

4.1A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

a) Ferramentas Especializadas: Conjunto completo de ferramentas específicas para cada tipo de manutenção, incluindo chaves de impacto, medidores de pressão, osciloscópios para diagnóstico eletrônico, entre outros.

b) Equipamentos de Elevação e Movimentação: Disponibilidade de equipamentos como elevadores hidráulicos, macacos de diferentes capacidades e guinchos para facilitar o acesso aos veículos e máquinas.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

c) Certificações e Treinamentos: Técnicos certificados e treinados com habilidades específicas em diagnóstico e reparo de sistemas complexos.

d) Experiência Prática: Profissionais com experiência prática em lidar com uma variedade de problemas mecânicos, elétricos e hidráulicos.

e) Localização Acessível: A oficina deve estar localizada em uma área de fácil acesso dentro da zona urbana de Placas, de preferência próxima a áreas comerciais ou industriais, para facilitar o transporte dos veículos e máquinas até o local.

4.2 não será admitida a subcontratação da atividade fim contratual (o **serviço** de manutenção do veículo/máquina pesada).

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

5.1. O veículo/máquina pesada deverá ser avaliado(a) e informado através de relatório ao fiscal da execução do serviço os serviços necessários para deixar o veículo/máquina pesada apto para uso.

5.2 após o recebimento do relatório citado no item 5.1, o fiscal da execução do serviço aprovará ou não os serviços a serem realizados e será expedido ordem de execução dos serviços.

5.2.1 Se o fiscal não concordar com os serviços a serem realizados poderá pedir esclarecimento a credenciada para melhor análise.

5.2.1 se o fiscal persistir na reprovação do relatório de manutenção a ser executada, deverá indicar quais serviços, informar a motivação da recusa, e dar ciência que ficará sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento do veículo/máquina pesada.

5.3 o credenciado deverá entregar o veículo ou máquina pesada em perfeitas condições de uso no prazo de até cinco dias a contar do recebimento da ordem de serviço.

5.3.1 O prazo poderá ser prorrogado por motivo de força maior, sendo comunicado ao fiscal da execução do serviço a motivação e se aceito.

5.3. A Ordem de Serviços, será emitida, preferencialmente, por meio eletrônico e deverá constar nela as informações afetas aos serviços adquiridos, detalhando o item e a quantidade demandada.

5.4 O serviço prestado deverá ter garantia de até noventa dias, conforme código de defesa do consumidor.

5.4. Qualquer dano causado no veículo ou máquina pesada enquanto estiver sob posse do credenciado, será de sua responsabilidade, devendo o veículo ser entregue ao contratante em perfeito estado.

5.5 Se a empresa não tiver sede ou filial na cidade de Placas deverá instalar base para execução do serviço, conforme item 4 do presente instrumento, no prazo de até dez dias a contar da assinatura do termo de credenciamento.

5.6 A ordem de serviço deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;

b) Identificação do veículo;

c) credenciado onde serão realizados os serviços;

d) Assinatura da(o) Secretária(o) Municipal solicitante.

**5 MODELO DE GESTÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**

5.3 O serviço deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

5.4 A execução do serviço deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

5.4.1 O fiscal designado pela autoridade superior anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

5.4.2 O fiscal designado pela autoridade superior informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

5.5 O credenciado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

5.6 O credenciado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão credenciante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

5.7 Somente o credenciado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

5.7.1 A inadimplência do credenciado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

5.8 As comunicações entre o credenciante e o credenciado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.9 O credenciante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa que deverá apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e Certidão de regularidade fiscal Estadual, Certidão de regularidade fiscal Municipal e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CREDENCIADO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

8.1 Atividade compatível com objeto, devendo apresentar a prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica – cartão CNPJ e Ato constitutivo/Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

8.2 O interessado em credenciar deve possuir sede ou filial na zona urbana de Placas – Pará. Empresas que não possuam sede ou filial na zona urbana de placas deverão apresentar declaração assumindo a responsabilidade de montar espaço físico, no prazo de dez dias a contar da assinatura do termo de credenciamento, na zona urbana de placas com toda a estrutura exigida no item quatro do presente instrumento.

8.3 o interessado deverá apresentar ainda:

a) comprovação de Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Estado e Município.

b) Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

d) Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG);

e) Comprovação de Cadastro no SICAF;

f) Atestado de capacidade Técnico expedido por pessoa jurídica.

Além disso, o interessado deverá apresentar as seguintes declarações:



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

- a) Que a proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da referida proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do credenciamento em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) Que a intenção de apresentação da proposta, não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente processo, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, no que diz respeito a participação ou não no presente credenciamento;
- d) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente informado ou discutido com qualquer integrante da Equipe de Apoio, com representante ou funcionário da Secretaria Responsável pelo processo;
- e) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
- f) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- g) que não tenho parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

**9. PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**9.1. PREÇO**

- 9.1.1 O valor a ser pago ao serviço efetivamente realizado será o informado na tabela do item 1.1 do presente instrumento.

**9.2. FORMA DE PAGAMENTO**

- 9.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 9.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.2.3. A retenção do imposto de renda será retido na fonte pagadora, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234 da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação das alíquotas presentes na referida norma, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade.
- 9.2.4. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN nº 1234/2012.
- 9.2.5. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratado, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.

**9.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

- 9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 9.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 9.3.3. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPGM de correção monetária.

9.3.4. A atualização do valor será realizada através do índice do IGP-M, tendo como data de contagem a data do orçamento (pesquisa de preço) realizada.

#### **9.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

9.4.2. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

9.4.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

9.4.5. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.4.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.4.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.4.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

#### **10. DO RODIZIO**

10.1 Ao se credenciar a empresa será registrada na lista de credenciados, por ordem cronológica, a qual deverá ser rigorosamente respeitada nas solicitações de ordem de serviços.

10.1.1. A ordem cronológica seguirá a ordem de inscrição das empresas no credenciamento, em caso de credenciamento no mesmo dia, será considerado o horário que o credenciado apresentou sua documentação.

10.2. Os serviços serão distribuídos entre as empresas credenciadas sempre em forma de rodízio.

10.3. As ordens de serviços devem ser emitidas conforme orçamento aprovado e autorizado pelo fiscal designado pela autoridade superior.

10.4. Caso a empresa devidamente credenciada e contratada, por qualquer razão, não aceite a solicitação de orçamento, deve a Secretaria de Administração, por responsável designado, anotar a ocorrência no controle de rodízio.

10.5. Havendo 02 (duas) negativas de atendimento a solicitação de orçamento pela empresa credenciada o fiscal deve





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

apresentar relatório, solicitando a rescisão do credenciamento, cabendo a notificação a empresa para apresentação de contraditório e ampla defesa.

10.6. Poderão se credenciar a qualquer momento quaisquer empresas habilitadas para a prestação de serviços, conforme edital, ficando o credenciamento aberto para novas habilitações pelo período de até 31 de Dezembro de 2024.

10.7 As peças, insumo, óleos, lubrificantes, fluidos necessários para manutenção dos veículos serão fornecidos pelo credenciante.

**11. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

11.1. São obrigações da Credenciante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo credenciado, de acordo com o Termod Referênciã.
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução e o cumprimento das obrigações;
- c) Efetuar o pagamento do valor correspondente ao serviço efetivamente realizado, no prazo, forma e condições estabelecidos.
- d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do serviço;
- e) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do serviço, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Credenciado com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência da prestação do serviço, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**12. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

12.1. O Credenciado obriga-se a:

- a) Executar o objeto somente mediante Ordem de serviços expedida nos termos previsto no modelo de execução do objeto.
- b) Manter durante toda a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- c) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

**13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Credenciado que que:

- a) der causa à inexecução parcial do serviço que se credenciou;
- b) der causa à inexecução parcial do serviço o qual se credenciou que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do serviço que se credenciou;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para fins de execução do serviço que se credenciou;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) ensejar o retardamento da execução do serviço o qual se credenciou sem motivo justificado;





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a execução do serviço;
- h) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do serviço;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da execução do serviço;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.4. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o credenciado der causa à inexecução parcial do serviço, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

**iv) Multa:**

- (1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta de credenciamento, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

12.5. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Credenciante (art. 156, §9º)

12.6. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

12.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Credenciante ao credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.7.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Credenciado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Credenciante;



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

12.10. A personalidade jurídica do Credenciado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Credenciado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

12.11. A Credenciante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:  
04.122.0052.2.003.3.3.90.39.00 – Funcionamento do Gabinete do Prefeito, outros serv. De Terc. Pessoa jurídica.  
04.122.0052.2.048.3.3.90.39.00 – Funcionamento da Sec. Da Administração, outros serv. De Terc. Pessoa Jurídica.  
04.122.0052.2.050.3.3.90.39.00- Funcionamento da Sec. De Infraestrutura, outros serv. De Terc. Pessoa Jurídica.

#### **14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 A responsabilidade pelos termos do presente instrumento será da Prefeitura Municipal de Placas – Pará.

14.2 Fica eleito o Foro da cidade de URUARÁ como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

**Responsável: MARCOS JUNIO SOUSA**

**Autorização: Leila Raquel Possimoser – Prefeita Municipal**



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**CREDENCIAMENTO Nº \_\_\_\_\_**

**COM BASE NO ART. Nº 79, INCISO I da Lei 14.133/2021**

**Objeto:**

**PROPOSTA:**

Nº do item	Quant.	Unidade de Medida	DESCRIÇÃO DO ITEM
1			

Valor Global da Proposta:

Validade da Proposta 90 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Declaro que concordo com todos os termos do Edital e Termo de Referência.

Declaro

Razão social ou nome; - Nº do CNPJ ou CPF:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

Placas-Pará, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202x.

Assinatura do Responsável CPF:



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

**ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

**CREDENCIAMENTO nºXXX**  
**Xº CREDENCIADO**

**CREDENCIANTE:.**  
**CREDENCIADO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1 O presente termo de credenciamento tem como fundamento legal o Art. 79, I da Lei Nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1 O presente Contrato tem por objeto: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

ITEM	OBJETO	UND.	QUANT	VALOR

2.2 Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

2.2.1 O Termo de Referência

2.2.2 A Proposta apresentada

2.2.3 Edital

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FATO GERADOR CONTRATUAL**

3.1 O presente instrumento é vinculado ao **CREDENCIAMENTO nº002/2024**.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR e PAGAMENTO**

**4.1 PREÇO**

4.1.1 O valor a ser pago ao serviço efetivamente realizado será o informado na tabela do item 2.1 do presente instrumento, conforme serviço efetivamente executado.

**4.2 FORMA DE PAGAMENTO**

4.2.1O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.2.2Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.2.3A retenção do imposto de renda será retido na fonte pagadora, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234 da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação das alíquotas presentes na referida norma, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade.

4.2.4As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN nº 1234/2012.

4.2.5As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratado, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

#### **4.3 PRAZO DE PAGAMENTO**

4.3.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

4.3.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.3.3 No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPGM de correção monetária.

4.3.4 A atualização do valor será realizada através do índice do IGP-M, tendo como data de contagem a data do orçamento (pesquisa de preço) realizada.

#### **4.4 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.4.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

4.4.2 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.4.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

4.4.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

4.4.5 Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.4.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.4.7 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.4.8 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

5.1 São obrigações da Credenciante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo credenciado, de acordo com o Termo de Referência.
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução e o cumprimento das obrigações;



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

- c) Efetuar o pagamento do valor correspondente ao serviço efetivamente realizado, no prazo, forma e condições estabelecidos.
- d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do serviço;
- e) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do serviço, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Credenciado com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência da prestação do serviço, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

12.1. O Credenciado obriga-se a:

- a) Executar o objeto somente mediante Ordem de serviços expedida nos termos previsto no modelo de execução do objeto.
- b) Manter durante toda a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- c) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXCLUSIVIDADE**

7.1 Este Contrato não importa em exclusividade na prestação de serviços por parte do CREDENCIAMENTO.

**CLÁUSULA OITAVA – DO DESCREDENCIAMENTO**

8.1 . O órgão ou a entidade credenciante poderá realizar o descredenciamento quando houver:

- I - pedido formalizado pelo credenciado;
- II - perda das condições de habilitação do credenciado;
- III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

8.1.1 O pedido de descredenciamento de que trata o item 8.1 I não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

8.1.2 Nas hipóteses previstas nos itens II e III , além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

8.1.3 Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

8.1.4 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

**CLAUSULA NONA- DAS INFRAÇÕES E PENALIDADE (art.92 XIV)**

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Credenciado que que:

- a) der causa à inexecução parcial do serviço que se credenciou;
- b) der causa à inexecução parcial do serviço o qual se credenciou que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do serviço que se credenciou;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para fins de execução do serviço que se credenciou;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) ensejar o retardamento da execução do serviço o qual se credenciou sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a execução do serviço;
- h) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do serviço;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da execução do serviço;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o credenciado der causa à inexecução parcial do serviço, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- d) **Multa:**

9.2.1 moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

9.2.2 compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta de credenciamento, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

9.3 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Credenciante (art. 156, §9º)

9.4 Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

9.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

9.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Credenciante ao credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

9.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Credenciado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Credenciante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.9Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

9.10A personalidade jurídica do Credenciado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Credenciado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia(art. 160)

9.11A Credenciante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

9.12As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **CLAUSULA DECIMA - REGIME DE EXECUÇÃO**

10.1O veículo/máquina pesada deverá ser avaliado(a) e informado através de relatório ao fiscal da execução do serviço os serviços necessários para deixar o veículo/máquina pesada apto para uso.

10.2 após o recebimento do relatório citado no item 5.1, o fiscal da execução do serviço aprovará ou não os serviços a serem realizados e será expedido ordem de execução dos serviços.

10.3Se o fiscal não concordar com os serviços a serem realizados poderá pedir esclarecimento a credenciada para melhor análise.

10.4se o fiscal persistir na reprovação do relatório de manutenção a ser executada, deverá indicar quais serviços, informar a motivação da recusa, e dar ciência que ficará sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento do veículo/máquina pesada.

10.5o credenciado deverá entregar o veículo ou máquina pesada em perfeitas condições de uso no prazo de até cinco dias a contar do recebimento da ordem de serviço.

10.5.1O prazo poderá ser prorrogado por motivo de força maior, sendo comunicado ao fiscal da execução do serviço a motivação e se aceito.

10.6A Ordem de Serviços, será emitida, preferencialmente, por meio eletrônico e deverá constar nela as informações afetas aos serviços adquiridos, detalhando o item e a quantidade demandada.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

10.7O serviço prestado deverá ter garantia de até noventa dias, conforme código de defesa do consumidor.

10.8Qualquer dano causado no veículo ou maquina pesada enquanto estiver sob posse do credenciado, será de sua responsabilidade, devendo o veículo ser entregue ao contratante em perfeito estado.

10.9Se a empresa não tiver sede ou filial na cidade de placas deverá instalar base para execução do serviço, conforme item 4 do presente instrumento, no prazo de até dez dias a contar da assinatura do termo de credenciamento.

10.10A ordem de serviço deverá conter as seguintes informações:

- a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
- b) Identificação do veículo;
- c) credenciado onde serão realizados os serviços;
- d) Assinatura da(o) Secretária(o) Municipal solicitante

**CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 A despesa decorrente da presente contratação correrão á contra de recursos específicos consignados na seguinte Rubrica Orçamentaria:

04.122.0052.2.003.3.3.90.39.00 – Funcionamento do Gabinete do Prefeito, outros serv. De Terc. Pessoa jurídica.

04.122.0052.2.048.3.3.90.39.00 – Funcionamento da Sec. Da Administração, outros serv. De Terc. Pessoa Jurídica.

04.122.0052.2.050.3.3.90.39.00- Funcionamento da Sec. De Infraestrutura, outros serv. De Terc. Pessoa Jurídica.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

12.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

14.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo Portal da Transparência do Município. E, se necessário, será publicados nas impressas oficiais da União e do Estado.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RODIZIO**

11.1 Ao se credenciar a empresa será registrada na lista de credenciados, por ordem cronológica, a qual deverá ser rigorosamente respeitada nas solicitações de ordem de serviços.

11.1.1. A ordem cronológica seguirá a ordem de inscrição das empresas no credenciamento, em caso de credenciamento no mesmo dia, será considerado o horário que o credenciado apresentou sua documentação.

11.2. O serviços serão distribuído entre as empresas credenciadas sempre em forma de rodizio.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

11.3. As ordens de serviços devem ser emitidas conforme orçamento aprovado e autorizado pelo fiscal designado pela autoridade superior.

11.4. Caso a empresa devidamente credenciada e contratada, por qualquer razão, não aceitar a solicitação de orçamento, deve a Secretaria de Administração, por responsável designado, anotar a ocorrência no controle de rodízio.

11.5. Havendo 02 (duas) negativas de atendimento a solicitação de orçamento pela empresa credenciada o fiscal deve apresentar relatório, solicitando a rescisão do credenciamento, cabendo a notificação a empresa para apresentação de contraditório e ampla defesa.

11.6. Poderão se credenciar a qualquer momento quaisquer empresas habilitadas para a prestação de serviços, conforme edital, ficando o credenciamento aberto para novas habilitações pelo período de até 31 de Dezembro de 2024.

11.7. As peças, insumo, óleos, lubrificantes, fluidos necessários para manutenção dos veículos serão fornecidos pelo credenciante.

**CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

16.1. O presente Instrumento será por escopo, com vigência de até 31/12/2024 contados de sua assinatura. A eficácia será contada a partir de sua publicação no PNCP.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. O presente instrumento obriga diretamente as partes e seus sucessores, aos quais serão transferidos os direitos e obrigações ora estipulados.

17.2. O presente instrumento poderá ser modificado, alterado ou aditado, através de documento escrito, devidamente subscrito pelas partes contratantes.

17.3. O presente instrumento, com natureza de título executivo extrajudicial, nos termos dos Arts. 781 e 784, inciso II do Código de Processo Civil, obriga as partes e também seus sucessores eletivos em todas as obrigações aqui assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Uruará-Pará, como o competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou divergências que porventura venham a ocorrer em virtude do cumprimento do presente contrato, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que se configure.

PLACAS – PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CRECENCIANTE

\_\_\_\_\_  
CREDENCIADO



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS**

**ANEXO IV**

**MATRIZ DE RISCO**

Serviço de manutenção de veículo leve e maquinas pesados:

Riscos	Probabilidade	Impacto	Prioridade	Fase	Medidas Preventivas/Corretivas	Responsável
Atraso na entrega dos serviços	Alta	Alto	Alta	Execução	Monitorar de perto o progresso das atividades; Comunicar qualquer atraso imediatamente à prefeitura.	Fiscal de contrato
Falta de qualificação da equipe	Média	Alto	Média	Licitação	Verificar as qualificações e experiência da empresa terceirizada antes de contratá-los.	Setor de Licitação e contratos
alta de qualificação da equipe	Média	Alto	Média	Execução	Exigir que a empresa ofereça treinamentos regulares para a equipe	Fiscal de contrato
Acidentes de trabalho	Média	Alto	Alta	Execução	Exigir que a empresa terceirizada siga rigorosamente as normas de segurança; Monitorar o cumprimento das normas de segurança no local de trabalho	Fiscal de contrato
Falha no diagnóstico de problemas	Média	Médio	Média	Execução	Exigir que a empresa terceirizada invista em equipamentos de diagnóstico modernos e em treinamento técnico para sua equipe.	Fiscal de contrato

Esta matriz permite identificar os principais riscos envolvidos na locação de máquinas pesadas e veículos leves e estabelecer medidas preventivas e corretivas para mitigá-los.